

## A democratização da natureza no contexto da Política e da Ciência

Renata Coelho Sartori – UFRN

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. São Paulo/Bauru: Edusc, 2004. 412 p.

O livro *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*, do sociólogo francês Bruno Latour, composto por cinco capítulos, é uma obra de filosofia política da natureza ou, ainda, da epistemologia da política. A reflexão central da obra é norteadada pela importância da discussão pública dos problemas ecológicos.

No final há um glossário e uma recapitulação de conjunto dos capítulos como contribuições para a compreensão do leitor, e como o próprio autor menciona em nota de rodapé, o livro foi escrito, também, visando o leitor que desconhece suas pesquisas antecedentes, logo o leitor tem a chance de ler e rele Latour até entender ou não.

O autor inicia instigando o leitor com duas perguntas. A primeira: o que fazer da ecologia política? Ele responde: nada. A partir dessa afirmação ele apresenta severas críticas aos movimentos “verdes” e afirma que a montanha pariu um rato, apontando para a decepção que estes movimentos causaram para quem esperava uma renovação da vida pública. Tais movimentos encontram-se, para Latour, estagnados num debate “congelado”, deixaram de pensar. À segunda pergunta, “que fazer?”, ele responde: uma ecologia política. Para tanto, é preciso repensar a ecologia através de uma reformulação radical. Somente falar de natureza e da política não é suficiente. É necessário também falar da ciência, pois esta tem sido ignorada pelos movimentos ecológicos com o intuito de acelerar sua militância. Diante disso, o autor adverte que o livro não possui tons de militância, ou seja, de denúncias, nem tons proféticos, “que muitas vezes acompanham os trabalhos de ecologia política” (p. 19), mas sim a proposição de que não existe de um lado política e do outro natureza, e acrescenta que esta apenas se torna conhecida através das ciências.

Sabe-se que um dos papéis da ciência é construir conhecimentos que permitam uma melhor formulação e seleção das políticas de meio ambiente e desenvolvimento no processo de tomada de decisões. Nesse contexto, é indispensável desenvolver o conhecimento científico baseado em um novo paradigma, ou seja, uma nova forma de ver e pensar a realidade, conforme explica Fritjof Capra nos princípios

básicos ecológicos, Henrique Leff na sua teoria do saber ambiental, Edgar Morin pelo paradigma da complexidade, Boaventura de Sousa Santos através do paradigma emergente, entre outros.

A ideia central do livro também propõe um novo pensamento, bem elaborado, sobre a atividade científica e política, uma vez que, para Latour fazer ecologia política é primeiramente sair da Caverna, uma alusão à atualidade do mito da Caverna de Platão (p. 27).

Esse é um trecho bastante interessante do livro, onde o mito permite uma constituição “moderna” do conhecimento em duas câmaras (p. 33): a primeira é composta pela totalidade dos humanos falantes desprovidos de qualquer poder, e a segunda se compõe por objetos reais, insensíveis às denúncias, disputas e ignorâncias humanas, e que não possuem o dom da palavra, embora sirvam para definir o que existe. Uma câmara tem autoridade e não a palavra, a outra tem a palavra e não a autoridade. Entre as duas câmaras existe um pequeno número de pessoas, tais como alguns experts e sábios, eleitos e capazes de fazer a ligação entre elas e de converter a autoridade de uma sobre a outra e vice-versa. Para o autor, “esses poucos eleitos poderiam ver-se dotados da mais fabulosa capacidade política jamais inventada: fazer falar o mundo mudo, dizer a verdade sem ser discutida, pôr fim aos debates intermináveis por uma forma indiscutível de autoridade, que se limitaria às próprias coisas” (p. 34).

Latour rediscute através do mito da Caverna, e particularmente das duas câmaras, as instâncias denominadas de Ciência e Política. Para construir uma vida pública que rompa com a Caverna, é preciso “inventar uma democracia” que liberte as ciências da obrigação de servir politicamente a Ciência. Para tanto lança a hipótese de dissociar as ciências da Ciência, alegando que esta não mantém nenhuma relação direta com a vida das ciências; que o problema do conhecimento se põe muito diferentemente, conforme debatemos a Ciência, e define esta como a politização das ciências pela epistemologia, a fim de tornar impotente a vida política ordinária, fazendo pesar sobre ela a ameaça de uma natureza indiscutível.

Essa distinção fica mais nítida para os leitores que leram algumas obras anteriores do autor, como: “*A esperança de Pandora*” (2001) e “*Jamais fomos modernos*” (1994), bem como a obra da filósofa Isabelle Stenger, “*A invenção das ciências modernas*” (2002), na qual Latour é referência matricial. Abordar a ciência feita na prática dos laboratórios, e descobrir que há um processo de negociação, de investigação e debate coletivo, semelhante ao da política é o tecido de uma epistemologia ética que se encontra na base dos argumentos do autor. Para ele as interpretações e teorias científicas refletem, inevitavelmente, interesses econômicos, políticos e morais.

A ideia chave proposta na obra está baseada no fato dos laboratórios serem vistos como “reservatório de democracia”, destacando a importância de transpor para a discussão política a multiplicidade das vozes que aí se podem ouvir. Por este fio condutor cita como exemplo a conferência de Kyoto, 1997,

como um evento que conseguiu formar num único conclave, um ajuntamento das duas câmaras: príncipes, lobistas, empresários, pesquisadores, chefes de Estado, industriais e artistas, entre outros, para analisarem e discutirem em comum como estava a situação do planeta, e como nos devíamos comportar para conservar a “qualidade do nosso céu” (p. 112).

Quando o problema é global a solução deve ser também de caráter global. Se é global significa que atinge cada pessoa e cada ser. E cada pessoa deve ser convocada a dar a sua colaboração. Por isso questões sobre camadas de ozônio e efeito estufa, entre outras, devem ser vistas de modo mais amplo, pois como indivíduos não temos condições de modificar o mundo. Podemos, entretanto, modificar aquele pedaço de mundo que somos cada um de nós, pois sabemos que todos estão emendados em redes de energias e de relações.

A ecologia política é sugerida no livro como portadora de um caráter profundamente democrático, uma articuladora do coletivo, pois pressupõe a participação de todas as partes interessadas. Urge, pois associar humanos e não-humanos, como uma manada de elefantes, uma floresta, um rio, etc, representados por cientistas e defensores dos animais, ao lado de diversos segmentos da sociedade como garimpeiros, índios, economistas entre outros.

Em suma, a ecologia política definir-se-á então como a conjunção da ecologia e da política, das coisas e das pessoas, da natureza e da sociedade e poderá servir para assimilar as “tomadas de posição” (p. 153). Assim a conscientização de cada cidadão, a percepção crítica das grandes questões de fundo que movem as decisões políticas são passos importantes. Com isso, confirma-se a proposta que o autor apresenta no livro, descrita desde o seu início: a constituição de um *coletivo*. Latour considera que para o coletivo, ou seja, a coligação das associações de humanos e de não-humanos, efetue formalmente a procura do mundo comum e que é imprescindível que todas as profissões participem das mesmas “seis funções do coletivo”, principalmente quanto às ciências as quais devem participar dessas funções tendo a contribuição de outros corpos de trabalho, tais como políticos, economistas e moralistas (p. 269). Este coletivo deve ser integrado por três poderes que são fundamentais para o seu funcionamento: consideração, organização ou ordenamento e acompanhamento.

A *consideração* ou *câmara alta* visa conhecer as proposições novas, ou seja, a diversidade das propostas. A *organização* ou *câmara baixa* discute a formação e compatibilidade, ou seja, o seu lugar na hierarquia do mundo comum. O *acompanhamento* atua juntamente com os outros dois poderes, voltado para a arte de governar, aonde repousa a questão do Estado, mas não como domínio, e sim como diplomacia, acompanhando a legitimidade das ações dos outros poderes. Este último poder acaba sendo um desafio, pois, segundo o autor, está ainda por inventar, e isso justifica seu argumento no início do livro, de que a ecologia política é uma empreitada nova que nem sequer começou (p. 12).

Na ecologia política Latour considera a prática de oposição e abandono ao mito da Caverna, propondo um novo sentido para ela o que supõe a redistribuição dos papéis entre políticos e cientistas. Aqui estaria a superação da Ciência pelas ciências concebidas como socialização dos não-humanos explorando o mundo comum para que possamos habitar uma casa comum.

O livro é uma oportunidade de analisar e refletir, com profundidade, uma linha de raciocínio que lança duas flechas do tempo: a primeira – modernista – lançada em direção ao desligamento; a segunda – não-moderna – lançada em direção à religação entre homem e natureza (p.316). No alvo está o coletivo atuante, tão necessário para a realização de uma ecologia política, tendo como finalidade conceder à ecologia política um lugar legítimo, fazendo entrar as ciências na democracia, despertando novas formas de pensar, novas consciências e responsabilidades por um futuro comum da Terra e da Humanidade.